

TRADUÇÃO E TRADUÇÕES DA BÍBLIA NO BRASIL

Johan Konings SJ

Temos atualmente no Brasil umas vinte traduções bíblicas usadas com certa frequência. Trata-se das traduções da Bíblia inteira, sem considerar as que só contêm o Novo Testamento. Classificamo-las por seu contexto de nascimento (marcamos com * as versões que não contêm os apócrifos/deuterocanônicos):

1. Panorama

A primeira tradução completa da Bíblia em português, e feita a partir dos originais, foi a de João Ferreira de Almeida (séc. XVII/XVIII); atualmente há três versões no mercado:

Bíblia Sagrada*: trad. de João Ferreira de Almeida versão “corrigida fiel”, Sociedade Bíblica do Brasil.

Bíblia Sagrada*: “versão revisada de acordo com os melhores textos em hebraico e grego”; Imprensa Bíblica Brasileira, a partir de 1967.

Bíblia Sagrada*: “edição revista e atualizada no Brasil”; Sociedade Bíblica do Brasil, a partir de 1969.

Depois, os católicos se puseram a traduzir a Bíblia, primeiro com base na Vulgata de S. Jerônimo, depois com base nos originais, diretamente ou através de traduções feitas em outra língua moderna:

Bíblia Sagrada: trad. da Vulgata por Figueiredo (diversas edições, principalmente de luxo)

Bíblia Sagrada: trad. da Vulgata pelo Pe. Matos Soares (Ed. Paulinas, desde 1932)

Bíblia Sagrada: adaptada da tradução francesa dos Monges de Maredsous (Bélgica), pela Ed. Ave Maria, São Paulo (a partir de 1958).

Bíblia, Antigo e Novo Testamento = A Bíblia Mensagem de Deus: primeira tradução católica em português diretamente a partir dos originais hebraicos e gregos, pela Liga de Estudos Bíblicos (LEB), publicada originalmente em fascículos (Ed. Agir), depois em edição de luxo (*A Bíblia mais bela do mundo*, Ed. Abril) e, atualmente, em edição popular (*A Bíblia Mensagem de Deus*, Ed. Loyola).

Bíblia Sagrada: adaptada da tradução italiana do Pontifício Instituto Bíblico de Roma, São Paulo: Ed. Paulinas, a partir de 1967 (esgotada)

Bíblia Sagrada: trad. dos Missionários Capuchinhos de Portugal a partir dos textos originais (1968), adaptada para o Brasil, Aparecida SP: Ed. Santuário (esgotada)

Bíblia de Jerusalém: adaptada da tradução francesa (ed. de 1973), São Paulo: Ed. Paulinas (depois Paulus), a partir de 1981 / nova ed. com base na 3ª ed. franc. revista e ampliada Ed. Paulus, 2002

Bíblia Sagrada: trad. brasileira diretamente dos textos originais; Ed. Vozes, Petrópolis, desde 1982 / nova ed. revisada Ed. Vozes, 2001.

Entretanto surgiu a preocupação com uma tradução mais próxima da linguagem do povo, segundo as regras da equivalência dinâmica. Daí resultaram:

A Bíblia na Linguagem de Hoje*: adaptação de edição internacional em linguagem popular; completa: Sociedade Bíblica do Brasil, 1989

Nova tradução na Linguagem de Hoje(*): versão revisada da anterior: Sociedade Bíblica do Brasil, 2001; com os deuterocanônicos: 2003.

Edição Pastoral da Bíblia: tradução popular diretamente dos textos originais completa desde 1990; São Paulo: Ed. Paulinas, depois Paulus.

Bíblia do Peregrino: adapt. bras. de trad. espanhola dos originais; Ed. Paulus, 2002.

Um estilo intermediário entre o formal e o dinâmico é mantido nas seguintes traduções recentes:

Nova Versão Internacional*: trad. internacional; combina linguagem atualizada com forte literalidade na tradução; São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000.

Bíblia Sagrada – tradução da CNBB: trad. da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil trad. dos originais, com consideração da Nova Vulgata; grupo de sete editoras católicas, a partir de 2001 (2ª. ed., 2002, melhorada na diagramação e nas notas).

Um lugar à parte, especialmente por sua organização, introduções e notas, ocupa a

Tradução Ecumênica da Bíblia: adaptada da Traduction Œcuménique de la Bible (TOB) francesa (1972-79); completa: São Paulo: Ed. Loyola, 1994. (Com notas reduzidas: co-ed. Ed. Loyola e Ed. Paulinas).

E mencionamos ainda, finalmente:

Bíblia Mundo Novo*: trad. das Testemunhas de Jeová com as opções próprias desta associação religiosa.

Bíblia Sagrada (edição de luxo, adaptada da New American Bible).

Este panorama, sem mesmo considerar as numerosas traduções só do Novo Testamento, revela um problema. Sobretudo no campo católico, não há um mínimo de unanimidade quanto à tradução da Bíblia.

As razões disso são diversas. A Igreja Católica, até inícios do séc. XX, fomentava desconfiança em relação às traduções vernaculares, sendo a Vulgata considerada a tradição oficial para uso teológico e litúrgico. Assim, não se criou em português uma tradução católica padrão (como tampouco na maioria das outras regiões católicas). Nas regiões protestantes, ao contrário, as grandes traduções bíblicas se impuseram desde o início, acompanharam inclusive a constituição das Igrejas e até contribuíram decisivamente para a unificação do idioma¹.

Outra razão é que a divulgação das traduções nas regiões e nas missões protestantes teve forte presença das Sociedades Bíblicas, que cen-

¹ O “alto alemão” se impôs nas regiões de cultura alemã graças à tradução de Lutero.

tralizavam a produção de bíblias. No mundo católico, pelo contrário, e especialmente no Brasil, a tendência foi de cada editora ter a sua Bíblia.

Como avaliar essa situação?

Do ponto de vista literário, a pluralidade de traduções pode até ser aplaudida, pois, se é verdade que cada tradução é uma traição, a pluralidade ajuda a descobrir as “traições”, ou seja, a inevitável distância entre o original e as versões. A comparação das diversas traduções, especialmente quando providas de boas notas literárias, ajuda a perceber melhor a competência semântica do texto, que ultrapassa a capacidade dos tradutores.

Do ponto de vista pastoral, porém, é um problema, que se fez sentir sobretudo depois da reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, que propôs uma rica seleção de textos bíblicos a serem lidos em vernáculo na liturgia da Palavra². Ouve-se na liturgia uma tradução diferente daquela que está na Bíblia amarelada, guardada na estante em casa. Certo dia, quando eu estava comentando, no Prólogo de João, a frase “No começo a Palavra já existia” (Jo 1,1, Ed. Pastoral), um aluno me perguntou onde se encontrava aquela *outra* frase muito semelhante: “No princípio era o Verbo”... Quando se ouve em cada oportunidade uma versão diferente, torna-se impossível decorar ou até compreender o texto bíblico. Não por nada as instâncias pastorais insistem, desde o Concílio, na produção de traduções regionais sob os auspícios das conferências episcopais³.

No caso do Brasil, a produção de tal tradução da conferência episcopal se mostrou um parto difícil. A razão principal foi, além da lamentável divisão dos biblistas católicos, a indefinição do estilo a ser adotado nos lecionários litúrgicos. Logo depois do Concílio surgiu uma coleção de lecionários utilizando uma tradução relativamente clássica, usando as formas *tu/vós*. Não lhe faltavam boas qualidades, mas era um tanto desigual: ora bastante conservadora, ora surpreendentemente inovadora. Depois de 1980 surgiram, a título experimental, novos lecionários dominicais, que usavam a forma *você/vocês* e um vocabulário bem mais simples, inspirado pela teoria da equivalência dinâmica na tradução⁴, então defendida pelos promotores da Bíblia na Linguagem de Hoje bem como pela escola de L. Alonso Schökel (Nueva Biblia Española, Bíblia do Peregrino) e seguida por traduções de cunho pastoral em

² Uma “mesa ricamente preparada”, segundo a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, n. 51.

³ Cf. *Dei Verbum*, nn. 22 e 25.

⁴ Cf. *infra*, § 6.1

diversas regiões católicas, e nomeadamente na América Latina. Contudo, esses lecionários provocaram muita resistência, dentro e fora do episcopado. A CNBB mandou então preparar novos lecionários oficiais, publicados na década de 1990, na base dos anteriores, mas com a forma *tu/vós*. Entretanto, o tipo de tradução anterior foi adotado na Edição Pastoral da Bíblia, logrando ampla aceitação, especialmente nas comunidades alinhadas com a “Igreja progressista” e com a Teologia da Libertação. Diante disso, um grupo de biblistas, em entendimento com o setor bíblico-catequético da CNBB, tomando como ponto de partida os lecionários publicados a partir de 1994, resolveu apresentar uma tradução integral da Bíblia, que unisse a proclamabilidade litúrgica (que se vale do estilo *tu/vós*) aos avanços semânticos do novo tipo de traduções e ainda aos avanços da Nova Vulgata, tradução latina oficial desde o Concílio Vaticano II. Tarefa difícil, de antemão destinada a ser um meio-termo, mas concluída de modo bastante feliz, em 2001, para clausurar a comemoração dos 500 anos da evangelização e inaugurar a dos 50 anos da CNBB. Evidentemente, é um trabalho que precisa amadurecer ainda, como explicaremos mais adiante.

Antes disso, porém, convém descrever os problemas da tradução em geral e, depois, as perspectivas práticas para as traduções bíblicas no Brasil.

2. Problemas da tradução bíblica

2.1 O conhecimento das línguas

Para traduzir bem é preciso conhecer bem o idioma de partida e o idioma de destino. Com o atual desprezo da filologia tradicional, isso se torna cada dia mais difícil. Não basta saber usar um dicionário, saber manipular o programa *Bible Works* ou coisa semelhante. É preciso ter o *sensus linguae* de ambos os idiomas. Citemos alguns exemplos. O hebraico da historiografia deuteronomista não é igual ao da redação sacerdotal. O grego bíblico é bastante diferente do grego clássico, não usa o optativo, usa *hina* para *hoti*, ou, sob influência das línguas semíticas, mistura o sentido de conseqüência com o de finalidade (provocando leitura predestinacionista de determinadas passagens). Em grego falta muitas vezes o artigo definido lá onde o português o prefere (a índole da língua portuguesa aborrece a indeterminação). Neste particular, atente-se à influência da Vulgata: o latim desconhece o artigo definido, fazendo com que muitos termos que indicam realidades concretas apareçam como abstratos ou gerais, o que combina com um pensamento essencialista... Por outro lado, tanto o hebraico como o grego bíblico gostam de explicitar, até de

modo pleonástico, o pronome possessivo, já o português não tanto, sobretudo no Brasil, onde o tratamento na terceira pessoa dificulta o uso dos pronomes oblíquo e possessivo. O *status constructus* hebraico e o genitivo grego estão abertos a inúmeras interpretações. A sintaxe da frase é delicada, sobretudo nos textos poéticos da bíblia hebraica. O mesmo se diga da prosódia (que co-determina o sentido gramatical da frase), da sintaxe do período no grego, especialmente de tipo retórico, como em Paulo etc. E poderíamos alongar de muito a lista de peculiaridades que o tradutor deve levar em consideração.

2.2 *Questões documentais*

Não possuímos nenhum manuscrito autógrafo de texto bíblico algum. As cópias antigas demonstram variantes, ora leves, ora altamente significativas, pelas mais diversas causas e razões. O tradutor moderno, normalmente, segue uma edição “crítica”, que fez de antemão a seleção das formas textuais que têm maior probabilidade de serem originais. Mas isso não lhe poupa os conflitos. No caso de uma tradução como a da CNBB, que procura seguir as interpretações da Nova Vulgata – normalmente respeitável em termos de crítica textual –, algumas vezes surgem formas de texto que foram conservadas por respeito à tradição litúrgica (e dogmática), e não por critérios de reconstituição científica do texto. Um caso desesperador é a reconstituição do texto original do livro do Eclesiástico.

2.3 *Questões sócio-histórico-culturais*

É preciso conhecer bastante bem a história do tempo ao qual o escrito se refere, por exemplo, para saber de que personagem exatamente se está falando, já que os nomes bíblicos são um tanto repetitivos... Ou para imaginar bem – e aí entra a semântica – a que realidade determinado termo em determinada época se refere (por exemplo, a “morada” ou “santuário”: tenda do deserto, santuário de Davi, templo de Salomão?). Isso, sobretudo, porque o vocabulário bíblico é muito restrito e indica pelo mesmo termo realidades que hoje são indicadas por termos nitidamente distintos.

2.4 *A “gramática do texto”*

A nova crítica literária distingue entre o nível gramatical/sintático da linguagem (a relação produtiva dos significantes no interior do texto considerado em si), o nível semântico (a relação dos significantes com a realidade fora do texto, o significado) e o nível pragmático (o efeito do ato lingüístico ou da “significação” sobre a práxis). No primeiro nível, sintático-gramatical, importa perceber bem o jogo interno das

referências mútuas dos significantes, muitas vezes implícitas, não expressas. Saber quais significantes são solidários, quais são antagônicos, quais as oposições fundamentais que estruturam o texto e sua “significação”. Não se pense que primeiro se pode traduzir o texto e depois estabelecer a sintaxe textual. Para fazer uma boa tradução, as mesmas articulações do original devem operar no texto traduzido. O tradutor deve, pois, ainda que intuitivamente, ter consciência delas.

2.5 A semântica

A semântica ou relação dos significantes com a realidade significada é de importância primordial, é a essência do ato lingüístico. Um deslize do tradutor na interpretação dessa referência é traição do texto. Mas o pior é que o tradutor não está só. O leitor, ao ler o texto, o acolhe com uma semântica implícita na cabeça, que o tradutor deve “prevenir”, para que a tradução seja acolhida dentro da semântica julgada certa.

A relevância deste problemas aparece no caso da leitura espiritualizante. O tradutor pode saber muito bem que, nos textos hebraicos, tanto “alma” como “corpo” podem significar a pessoa inteira, o “eu” – a ponto de aparecerem no paralelismo poético como termos sinônimos⁵ –, mas, se o leitor tiver sido catequizado numa semântica grega dualista, como é o caso de quase todos nós, ele vai entender corpo e alma como duas realidades distintas e até certo ponto opostas, a alma boa e sublime, o corpo opaco e desprezível... Ora, isso não significa que, numa tradução moderna, devamos substituir “alma” por “eu”! Em primeiro lugar, isso seria impossível lá onde o hebraico usa “alma” para criar um paralelismo poético com outro termo⁶. Em segundo lugar, “alma” tem uma conotação de “vida” que o pronome “eu” não tem. Em terceiro lugar, se o termo “alma” ocorre num escrito recente, com conotação helenística dualista, não devemos eliminar esse traço cultural do texto, mas podemos, em nota, avisar o leitor a respeito do perigo do dualismo metafísico-moral⁷.

⁵ P. ex., Sl 63,1.

⁶ Por isso continuamos traduzindo, no Magnificat: “Minha alma engrandece o Senhor, e meu espírito se alegra em Deus, meu Salvador”, Lc 1,47.

⁷ A respeito do dualismo existem muitas idéias simplórias. Não procede opor radicalmente o pensamento hebraico como unitário e o grego como dualista. Desde o tempo dos persas, as duas culturas estavam em contato permanente. Aliás, todo pensamento é dual. A dualidade é a base da significação (e da computação). Nem tudo o que se apresenta em termos duais é dualismo metafísico ou moral. Muitas vezes não passa de metáfora, como qualquer pessoa a usa, por exemplo, ao falar de coisas “rasteiras” ou “elevadas”... O estruturalismo nos ensina que cada significante evoca seu contrário.

Outro exemplo é o termo “povo”, que na historiografia do Israel antigo significa ora os homens livres, ora os soldados (ou o exército como tal), ora a assembléia dos chefes de família, chamada por vezes “o povo da terra” (= do patrimônio das tribos)⁸. Já em tempos pós-exílicos este último termo foi usado (também) para os não-judaítas que ocuparam Judá durante o exílio e não observavam a Lei codificada pelos repatriados da *Golá* (exílio), em torno do sacerdote-escriva Esdras⁹. Em alguns escritos do Novo Testamento o termo “povo” é transferido para a assembléia cristã¹⁰. Mas será que nosso leitor hoje pensa nessas realidades quando lê o termo “povo”?

Espontaneamente, diante do problema da tradução, as pessoas dizem: “Temos que usar termos de hoje”. Mas o problema não está nos termos. Está nas coisas. As coisas de hoje não são as coisas de ontem. Tomamos, por exemplo, o termo “publicano”. Refere-se a uma realidade que não existe no nosso ambiente. Os publicanos eram quer empresários locais contratados pelo Império Romano para organizar, de modo terceirizado, a cobrança de taxas nas diversas regiões do Império, quer fiscais que exerciam a cobrança nos postos de cobrança. Traduzir isso por “cobrador de impostos” é no mínimo ambíguo. Pois os nossos cobradores de impostos exercem uma função social indispensável para o bem da nação – e oxalá cobrassem também dos graúdos! Os publicanos, ao contrário, eram colaboradores de um poder estrangeiro – pagão, odiável aos olhos do “povo do Senhor” – e por isso considerados impuros. Parece que a única solução é acostumar nossa gente a certos termos específicos, que exprimem realidades específicas... Se isso se consegue quanto ao futebol, por que não quanto ao conhecimento bíblico popular?!

2.6 A *pragmática lingüística*

Falar é agir. Cada palavra, pelo próprio fato de “significar” (*signum facere*), é um ato transformador (aspecto performativo da linguagem). Cada palavra, e não só a de Deus, tem efeito. Infelizmente, nem todas as palavras têm um efeito que se coadune com o da palavra de Deus.

O tradutor deve falar/escrever de tal modo que seu texto tenha um efeito análogo ao do texto em sua situação original ou na situação em que foi assumido pela comunidade de fé (“canonizado”). Pois é porque o texto “fazia” algo na comunidade que ele foi canonizado. A tradução deve realizar, na nova situação, algo que seja proporcionalmente equivalente.

⁸ P. ex., 2Rs 11,18-19.

⁹ P. ex., Esd 4,4.

¹⁰ Cf. 1Pd 2,1-10.

Voltemos ao exemplo da “alma”. Se o salmista “eleva sua alma ao Senhor”, ele está colocando sua confiança, sua pessoa, sua vida inteira nas mãos de Adonai, o Deus que elegeu Israel etc. Será este o efeito do início do Salmo 25 no monge que na oração procurar libertar-se das coisas deste mundo e inclusive da metade corporal de sua pessoa?

Entra aqui a questão da retórica bíblica. A linguagem bíblica é muitas vezes altamente retórica, lança mão de todas as receitas orientais para persuadir o leitor/ouvinte a adotar determinada postura ou a efetuar determinada opção ou ação. Até Jesus nas suas parábolas usa a hipérbole ou exagero (“Dize a esta montanha: lança-te ao mar...”; “Se teu pé te escandaliza, corta-o...”). Diante de uma pessoa que leva tudo ao pé da letra, posso traduzir assim verbalmente?

Esta pergunta enseja a próxima consideração.

3. A comunidade interpretadora

A palavra produz um efeito, o texto cria uma círculo de pessoas que o lêem/ouvem e, inevitavelmente, o interpretam, não só em pensamento como também em ações. É neste círculo que o texto, por um entendimento teórico-prático comum, no processo de canonização implícita ou explícita, é reconhecido como expressão autoritativa e orientadora para sua práxis: “normado” pela (inspirada) comunidade de fé, o texto se torna “normante” para a práxis da comunidade. Essa comunidade entendeu no texto o sentido que ela desejava transmitir: por isso conservou o texto e o transmitiu. Ora, este sentido está indissolivelmente ligado à práxis da comunidade. Ela conserva o texto *enquanto texto de sua práxis*, letra do seu cantar, partitura de sua sinfonia. Fora da comunidade e de sua práxis que interpreta o texto – como o músico interpreta a partitura tocando-a e só assim faz existir a melodia –, não se pode garantir que o texto suscite o sentido em razão do qual ele foi conservado e transmitido.

Ora, as traduções da Bíblia para a comunidade de fé hoje procuram traduzir esse sentido da comunidade interpretadora de ontem e de sempre, que vive a interpretação em sua práxis. Um exemplo simples é o termo “amor”. Quem vive o amor fraterno da comunidade judaica ou cristã entende espontaneamente o “ama teu próximo” no sentido de uma determinada práxis e sabe traduzi-lo na prática. Quem, porém, não tem nenhum contato com esse âmbito de interpretação pode dar a “amai-vos uns aos outros” um sentido bem diferente (sobretudo quando a tradução usa as formas coloquiais da juventude de hoje: “amem-se”...).

Os textos considerados sagrados pela comunidade de fé devem ser entendidos no âmbito dinâmico, criado pela própria tradição, a serviço do qual eles são considerados sagrados. Alguém pode estranhar a associação dos vocábulos “dinâmico” e “tradição”. Geralmente se pensa que tradição é o contrário de dinamicidade... É bom lembrar que tradição significa transmissão; significa passar adiante, como os corredores olímpicos passam de mão em mão o fogo olímpico – gesto que só entende quem se situa no âmbito dos jogos olímpicos. O texto é recebido provocando a abertura de um sentido, o qual é clausurado pelo receptor e interpretado na teoria e na prática. Ora, pela referência a esta nova prática criada pela comunidade interpretadora, o texto enriquece seu potencial semântico e é transmitido para um novo processo de abertura, clausura e práxis interpretadora, comunicando-se com sempre novas circunstâncias de tempo e lugar. O texto no seu contexto comunitário é sempre o mesmo e sempre diferente¹¹.

É nesse processo que se insere a tradução. A “equivalência dinâmica” entre a forma original do texto e a tradução deve ser considerada nessa dinâmica que nunca acaba. O *habitat*, o nicho ecológico da transmissão bíblica fica mais complexo, mais “geneticamente enriquecido” com cada geração que passa. Não se suprime impunemente o enriquecimento adquirido no processo da “tradição-transmissão”. Isso sirva de advertência para quem pensa que o significado é algo quimicamente puro, que possa ser congelado e descongelado arbitrariamente. Isso parece ter acontecido em determinadas traduções que cortaram os laços com a semântica dos ambientes fundador e transmissor. Tentaram produzir uma tradução quimicamente pura, tão clara que nem precisaria de interpretação... É o caso, por exemplo, na Bíblia na Linguagem de Hoje, quando traduz “Bebe da água da tua cisterna e das vertentes do teu poço” (Pr 5,15) por “Seja fiel à sua mulher e dê o seu amor somente a ela”. Esterilizou o texto¹².

Existe o piedoso costume de colocar uma bíblia nos quartos de hotel. Ora, por maior que seja o esforço, é difícil produzir uma tradução que abra a semântica da comunidade traditiva da fé para o turista qualquer que casualmente pegue no texto. A Bíblia não transmite seu espírito por si só. A comunidade que “guarda” (= pratica) a fé quer “guardar” (= conservar para praticar) o texto num sentido bem seu, e para perceber este sentido é preciso comungar com o mundo significativo de tal comunidade. Pensar que a Bíblia transmita sua verdade por si mesma é o pior dos fundamentalismos. Evidentemente, não

¹¹ Cf. J. Severino Croatto, *Hermenêutica bíblica*: para uma teoria de leitura como produção de significado. São Leopoldo: Sinodal, 1986.

¹² A mesma tradução aparece na edição revisada, chamada Nova Tradução na Linguagem de Hoje.

podemos proibir que se coloquem bíblias nos quartos de hotel, não podemos proibir que se leia ou traduza a Bíblia fora do contexto da fé. Mas não devemos esperar que daí surja um aprofundamento da fé eclesial. Por isso devemos, hoje, distinguir entre o teor literário e o teor eclesial da tradução, como veremos adiante.

4. Tradução e exegese

4.1 Tradutor e exegeta

Pelo que escrevemos, o tradutor tem de ser um exegeta. Precisa compreender o que a Bíblia *quis dizer* – tanto em nível do autor quanto da comunidade canonizadora –, o que ela *está dizendo e fazendo* – no nível da vida autônoma do texto – e o que ela *vai dizer ao leitor* – em função de sua história efetiva. Como o leitor vai entender o texto, deixar-se conduzir por ele?

O leitor/ouvinte é rei. O “lugar hermenêutico” do tradutor deve ser o do receptor, assim como o do exegeta histórico deve ser o da comunidade emissora e o do lingüista estrutural, o da ciência lingüística. O exegeta tradicional, no ministério de explicar o sentido, quer autoral, quer eclesial-fundador, procura compreender esse sentido e explicá-lo para os outros. Ele examina o início da corrente de transmissão. Evidentemente, também o tradutor leva em consideração esse sentido, mas sua tarefa é traduzir, transportar o texto de tal modo que, com a maior probabilidade possível, o povo entenda esse sentido originário no texto. O exegeta escreve (ou descreve) para os outros o que ele entendeu. O tradutor escreve para que os outros entendam – sem ele. Para o exegeta importa em primeiro lugar o que ele entende, para o tradutor, o que o leitor entende.

4.2 Traduzir: transmitir e interpretar

Ao refletir sobre a “hermenêutica”, lembramo-nos da origem desse termo: o deus Hermes, o mensageiro. Decerto, o termo hermenêutica insiste na interpretação, ou seja, na tarefa de tornar compreensível a mensagem. Ora, a condição para tanto é que ela seja materialmente transmitida, condição para que a interpretação possa ser conferida, verificada.

Hermes é, em primeiro lugar, um transmissor. Assim, uma boa tradução bíblica não pode escapar da incumbência de “transmitir” a mensagem em forma verificável. Daí a necessidade de manter minimamente a forma do texto original. Quanto mais a tradução, no afã

interpretativo, se afasta do texto original, tanto mais necessárias as notas, como se pode verificar na edição integral da Bíblia do Peregrino, a não ser que se faça uma edição com o texto original ao lado...

Por outro lado, Hermes interpreta também. Ele deixa claro o que os deuses querem dizer. Para isso há muitas maneiras. Mas para ser adequada, a interpretação deve evocar ao leitor a realidade que está por trás dos termos, e isso, em termos que sejam relevantes hoje. Numa transposição *semântica* pode-se interpretar o que Jesus quer dizer em Mt 5,21-24, recorrendo ao *conceito* moderno de “dignidade humana”. Num nível mais *pragmático* podem-se evocar *comportamentos* que hoje seriam equivalentes à mesma realidade que, em Mt 5,22 é significado por “chamar seu irmão de *raká*”, por exemplo, isolá-lo do círculo social. Mas, em todo caso, o hermeneuta deve deixar possível a verificação “documental”, ou seja, um indício da linguagem original que garante que é bem isso aí que está na mensagem original.

Exatamente em traduções para a proclamação, a referência “documental” é necessária, porque a assembléia quer lembrar as palavras que falam da sua própria raiz e origem. Muitas vezes, tratar-se-á de termos que hoje só podem ser entendidos na tradição da própria comunidade: mistério, mandamento, salvação, redenção, e até o termo amor. A Bíblia é livro da comunidade e só se abre para quem tem a devida iniciação na comunidade¹³. Não serve para ser apresentada como imediatamente acessível – no sentido da fé que partilhamos com as comunidades originantes – a uma pessoa qualquer¹⁴. Tão pouco quanto os Vedas hindus para nós. Aliás, analogamente, isso pode-se dizer de qualquer linguagem que veicula os símbolos de alguma comunidade. Que pensar um esquimó, mesmo tendo estudado o português, mas não a história do Brasil, diante da frase: “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas ... o grito retumbante”?

5. Tradução e traduções para a leitura fiel no nosso meio

5.1 Tradução “fiel”

Houve um tempo em que tradução fiel significava: literalista, verbal. É ainda neste sentido que a versão mais conservadora da tradução de Almeida é chamada “corrigida fiel”. Uma outra maneira de entender “fiel” seria a adequação semântica, processo dinâmica que põe o leitor

¹³ É o que se quer dizer por “ler a Bíblia na Igreja”.

¹⁴ Coisa análoga se diga quanto à exibição na mídia do “mistério” da Eucaristia etc.

em contato com a competência significativa do texto original, mesmo sem transmitir os termos verbalmente. Neste sentido, a tradução mais fiel poderia até ser a Bíblia do Peregrino, não obstante certas opções muito particulares de seus promotores. Outro sentido de entender o termo fiel é o da nova tradução francesa (*Bible - nouvelle traduction*), que procura representar em idioma francês as peculiaridades literário-poéticas do texto hebraico-grego. Finalmente, pode-se entender que tradução fiel é aquela que situa o leitor no contexto da tradição de fé vivida, que é o verdadeiro *habitat* – quase “ecológico” – do significado que o texto quer transmitir, e em vista do qual ele foi canonizado. Por causa da ambigüidade, preferimos evitar o termo “tradução fiel” e preferimos, para falar neste último sentido, a expressão “tradução para a comunidade crente/de fé” ou “tradução pastoral”, no sentido genérico.

5.2 Traduções para a comunidade de fé

A Bíblia, como coleção de escritos até certo grau normativos para a comunidade, nasceu para a assembléia litúrgica ou paralitúrgica. Desde o tempo de Esdras, se lia a Lei na sinagoga, a assembléia do povo, i.é, dos homens livres. Exatamente para indicar um rumo para todas as finalidades, era lida a Lei (*torah*, “instrução”), que por isso ganhou o louvor que lhe canta o Sl 119.

Deve-se distinguir o uso da Bíblia nas assembléias crentes judaica, católica, ortodoxa e protestante. Na assembléia judaica (e samaritana), leitura normativa é só a Lei mosaica – o Pentateuco ou Torá no sentido estrito, em *lectio continua*, emoldurada com o canto dos salmos e uma leitura antológica (seletiva) dos textos proféticos. Na assembléia cristã antiga, continuada pelas Igrejas católica e ortodoxa, todo o Antigo e o Novo Testamento são suscetíveis de leitura canônica, ainda que não sejam lidos integralmente como a Torá no culto sinagoga judaico. Já a assembléia protestante é bastante diferente. Enquanto nas Igrejas protestantes históricas – como na católica e na ortodoxa – existe a prática da leitura de perícopes litúrgicas, nas Igrejas de tipo pentecostal o uso bíblico é preponderantemente individual. Cada pessoa é suposta ser assíduo leitor da Bíblia, enquanto o uso no culto se restringe a uns poucos versículos interpretados pelo pastor ou predicador. Nas Igrejas neopentecostais, a Bíblia é apenas uma pretexto para uma pregação extremamente seletiva, em meio a um culto dedicado a efeitos carismáticos (curas, falar em línguas etc.).

Vale observar ainda que, no protestantismo em geral, na ausência de um Magistério episcopal-pontifício, surge a tendência de usar a Bíblia (*sola Scriptura*) como referência doutrinal última. Daí surge o perigo da hegemonia dos doutores, às vezes pouco pastorais, por um lado, ou dos intérpretes fundamentalistas, por outro – ainda que os

fundamentalistas pretendam apresentar a Bíblia sem interpretação! É, portanto, uma falácia dizer que a Igreja católica tem os sacramentos, enquanto as protestantes teriam a Bíblia. A assembleia católica tem bem mais Bíblia que a protestante, mas os presidentes da celebração não transmitem isso claramente ao povo. Nem por isso se deve pensar que seria um progresso para a Igreja católica se os fiéis levassem a Bíblia para a assembleia, como está acontecendo em algumas comunidades. A assembleia católica tem seus livros de proclamação bíblica, que são os lecionários. Mas o povo precisa ser lembrado de que se trata da palavra bíblica. E a proclamação seja proclamação, não exercício de alfabetização! A assembleia é o lugar da proclamação da Palavra, da qual faz parte de modo eminente a proclamação bíblica, especialmente do Novo Testamento. Mas *a assembleia não é o lugar do estudo bíblico*; este deve acontecer num âmbito apropriado para isso. O que deve acontecer na assembleia é que a Palavra de Deus, da qual a Bíblia *faz parte*, seja levada à atualidade, confrontada com a vida dos fiéis, interpretada para a vida de hoje. Tal é o papel da homilia, como também dos cantos e das preces acompanhantes¹⁵.

Quando olhamos para o passado, vemos que a maioria das versões e traduções clássicas foram do tipo “vulgata”, ou seja, versões em vernáculo, em estilo acessível ao povo da assembleia. Foram “traduções pastorais”, destinadas ao uso na assembleia. Foi assim a Septuaginta, destinada aos judeus na diáspora helenística. Foi assim a Peshitta no âmbito sírio, foram assim as antigas traduções latinas e a Vulgata de Jerônimo. As traduções para o vernáculo nos tempos renascentistas e modernos tinham geralmente essa mesma índole, pois se destinavam a livrar o povo simples da hegemonia do latim, que já não era *lingua vulgata*, e das pregações totalmente alheias à Bíblia que ressoavam sob as abóbadas das catedrais. Tyndale pagou com sua vida a ousadia de traduzir a Bíblia para o povo. Depois dele, Lutero, os promotores da Züricher, da Statenbijbel e da King James, bem como, nos passos destes, João Ferreira de Almeida, tiveram o mesmo propósito. Percebe-se, contudo, uma grande diferença: Lutero traduzia *quoad sensum*, a tradição calvinista tem tendência à tradução *quoad litteram*, exatamente pela acima citada razão de que, na ausência de um magistério, quer episcopal, quer doutoral, os calvinistas, desde os pastores até os últimos fiéis, radicalizando o princípio da interpretação pessoal, só tinham a letra da Bíblia como norma de sua fé.

Evidentemente, como também as línguas da primeira modernidade envelheceram, essas monumentais traduções são, hoje, quase tão ina-

¹⁵ Como distribuir esses papéis entre os ministros e os fiéis presentes é uma questão que não pertence ao nosso assunto.

cessíveis ao povo e tão pouco pastorais quanto a Bíblia latina ou os textos em língua original...

Cabe aqui uma consideração colateral. A Bíblia deve ser fácil? Uma tradução deve respeitar o nível lingüístico do público alvo, mas isso não quer dizer que ela deva ser fácil. Não deve criar obstáculos lingüísticos desnecessários, mas deve transmitir eventuais pensamentos e conceitos que talvez sejam difíceis ou exigentes de per si. E a esta dificuldade intrínseca não precisa acrescentar dificuldades lingüísticas extrínsecas.

5.3 Traduções eruditas

Ao tratarmos das Bíblias eruditas, distinguimos estas das – já comentadas – traduções “pastorais” (“vulgatas”) munidas de aparato erudito¹⁶. Falamos das traduções que são eruditas em si mesmas, em seu tipo de texto e linguagem¹⁷.

Como as traduções pastorais, também as eruditas não são uma novidade moderna. Na Hexapla de Orígenes constava um exemplo extremo de tradução erudita: a Áquila, tradução judaica tão literal que era possível verificar o substrato hebraico no próprio texto grego. Certas traduções originariamente eruditas entraram tanto na cultura do povo crente que praticamente deixaram de sê-lo. Foi o caso da King James e da tradução de Almeida.

Um exemplo de tradução erudita em plena atualidade é a Bíblia de Jerusalém. Ela se destaca não apenas pela amplidão das notas – tais, afinal, podem ser acrescentadas a uma “vulgata” qualquer – mas pela própria linguagem, bastante intelectual, mesmo para o povo de língua francesa, e muito mais ainda para os usuários da tradução brasileira. Indício de seu distanciamento da assembléia é também o uso do nome de “Iahweh”, totalmente alheio a qualquer tradição litúrgica e “escândalo para os judeus”. Igualmente erudita é a Tradução Ecumênica da Bíblia, sobretudo na tradução brasileira, que, preocupada com não perder as nuances e referências da versão francesa, parece uma transposição dessa¹⁸. Se na Bíblia de Jerusalém e na Tradução Ecumênica da Bíblia se apresenta uma linguagem erudita de cunho histórico-literá-

¹⁶ Falaremos sobre isso mais adiante, § 5.4.

¹⁷ Na primeira categoria, entre nós, podemos colocar a tradução da CNBB, cujo texto é uma “vulgata”, mas as notas, embora concisas, de tipo erudito, destinado, ao que parece, ao uso em seminários e cursos. Na mesma linha vão, por exemplo, as novas traduções da Ed. Vozes e dos missionários capuchinhos portugueses.

¹⁸ Questionável é, nesse caso, a publicação de uma edição simplificada, pois a Tradução Ecumênica da Bíblia não é uma tradução para a assembléia ou para a piedade, mas para o estudo.

rio, em outros casos a linguagem erudita vai na linha de experiências literário-poéticas, como a tradução francesa de Chouraqui¹⁹ e, entre nós, as experiências de Haroldo de Campos. A recente tradução francesa, intitulada *La Bible - nouvelle traduction*, é o exemplo mais claro nesta linha. “Demasiadas vezes, as traduções da Bíblia em francês surgiram de uma concepção da língua, dos idiomas, ou de uma concepção da história e da arqueologia dos textos, mas raramente, ou mesmo nunca, de uma concepção da literatura”²⁰. Não se entenda, porém, este empenho como esteticismo beletrista, pois exatamente a preocupação com linguagem bonita e homogênea é uma das maiores traições do texto bíblico, que nasceu em diversas épocas e ambientes, com diversas linguagens e estilos e, até mesmo, diversas visões de Deus e da História²¹.

5.4 *Introduções, notas etc.*²²

É costume avaliar as bíblias lançadas no nosso mercado a partir do tamanho das introduções e das notas de rodapé. Ora, na realidade, isso nada tem a ver com a tradução. Tem a ver com a utilidade do livro, mas não com o valor da *tradução*. Poderíamos até dizer: se uma tradução é julgada valiosa por causa das notas... é uma tradução ruim!

Entenda-se bem: não queremos dizer que bíblias com muitas notas sejam ruins. Mas o texto deve ser compreensível, quanto ao sentido de superfície, levando em conta o nível do público visado (respectivamente popular ou erudito), sem que o leitor seja obrigado a ler as notas. *Num primeiro momento*, o texto deve dar seu recado sem as notas, sobretudo quando se trata de uma tradução para ser proclamada. S. Jerônimo, ao perceber que não conseguiria traduzir com a devida clareza, acrescentava glosas para serem proclamadas juntamente com o texto²³, mas não fazia notas de rodapé!

¹⁹ Publicada em português pela Ed. Imago.

²⁰ *La Bible - nouvelle traduction*. Paris: Bayard; Montréal: Médiaspaul, 2001, p. 22.

²¹ A tradução desta Bíblia foi confiada a 73 exegetas ladeados de 73 literatos, que trabalharam os respectivos 73 livros bíblicos independentemente. “Esses diversos autores, essas diversas vozes literárias hoje confrontadas com a diversidade bíblica inscreveram a escritura de uma tradução contemporânea da Bíblia numa diversidade de vozes necessária, a nosso parecer, para a transmissão e a compreensão daquilo que é a Bíblia em nossa cultura” (*op.cit.*, p. 24).

²² Convém considerar introduções e notas conjuntamente, porque suas informações podem encontrar-se tanto em uma como na outra categoria, ou ainda, em excursos, glossários e outros anexos à tradução.

²³ P. ex., Ex 12,11: “[páscoa], isto é, passagem”. – A prática das glosas por parte do encratista Jerônimo seja talvez a explicação dos três dias de continência que a Vulgata acrescentou em Tb 8,4 Vg.

As notas têm utilidade – e muita – *num segundo momento*, o do estudo, do aprofundamento. As “bíblias de estudo”, tanto católicas como protestantes, trazem em nota explicações arqueológicas, filológicas, lingüísticas, documentais (variantes textuais), teológico-doutriniais, pastorais etc. Mas a tradução do texto propriamente deve ser autônoma²⁴.

À guisa de orientação, o seguinte. Em bíblias mais antigas, as introduções e notas são preponderantemente de cunho apologético (defesa da doutrina cristã ou católica) ou também arqueológico-históricas, muitas vezes para mostrar a confiabilidade dos dados bíblicos; por exemplo: a tradução espanhola de Nacar-Colunga, publicada na Biblioteca de Autores Cristianos (BAC). As notas da Bíblia de Jerusalém são essencialmente documentais (variantes do texto copiado nos manuscritos), filológico-histórico-literárias e teológicas (com vistas à doutrina cristã-católica). Já a Tradução Ecumênica da Bíblia, além de trazer valiosas notas documentais, filológico-histórico-literárias e arqueológicas, se destaca pelo teor ecumênico e a dimensão teológica das notas e introduções, por vezes chegando a constituir um verdadeiro tratado (p.ex., na Epístola aos Romanos).

A tradição protestante evita as notas, em nome do princípio da livre interpretação; no máximo alista as referências dos textos paralelos. A explicação e interpretação teológica é deixada para os comentários, volumes publicados à parte. A tendência a diminuir as notas e remeter a comentários publicados à parte constata-se também nas traduções promovidas pelos episcopados na Itália (CEI), na Alemanha (Einheitsübersetzung), na Bélgica e Holanda (Willebrord), nos EUA (New American Bible) e no Brasil (CNBB). Isto, porque estas traduções se aproximam do tipo “vulgata” e procuram o máximo de praticidade. Por outro lado, os comentários publicados à parte podem considerar as questões tratadas em função de diversas traduções e não de uma só²⁵.

²⁴ A nova bíblia francesa traz as notas no fim e as chamadas, discretamente, na margem do texto. A *Bíblia del Peregrino* conheceu, na Espanha, uma edição que trazia as notas num fascículo acompanhante. A tradução da CNBB no Brasil suprimiu, na segunda edição, as chamadas das notas de rodapé, para que o leitor não interrompesse a leitura do texto para se dirigir à nota... (em compensação, indicou no rodapé com toda a clareza o versículo e o vocábulo a que se referem). – Considerando o que aqui escrevemos, a tempestade desencadeada por instâncias conservadoras contra a Ed. Pastoral foi bastante fora de propósito, pois não se referia ao texto e sim, às notas e ao vocabulário.

²⁵ Uma experiência trágica foi a tentativa da Editora Herder de publicar a (anterior) tradução do episcopado italiano (CEI) com as notas e introduções da TOB (*Traduction Œcuménique de la Bible*): em bom número de notas foi necessário observar que a nota se refere à tradução da TOB e não à da CEI...

6. Dimensões para avaliar as traduções brasileiras

O leitor deste artigo talvez espere que, finalmente, eu lhe aconselhe qual edição comprar. Ora, como estrangeiro, isso não me cabe; e, como mineiro por aculturação, não me convém... É como no mercado automobilístico: quase todos os carros são bons, a compra depende do que se pretende fazer com o carro. Os únicos cuja utilidade não corresponde ao preço são os carros de luxo, pois neste caso paga-se o luxo, não o carro.

Para “compreender” a oferta do mercado podemos situar as diversas traduções segundo diversos parâmetros.

6.1 Tradução formal ou semântico-pragmático-dinâmica?

Uma *tradução formal* procura manter o mais possível a estrutura do texto original, tanto na construção da frase ou período quanto na tradução das metáforas e imagens e no uso dos vocábulos (traduzindo, se possível, o mesmo termo original sempre pelo mesmo vocábulo na língua final)²⁶. Tal tradução tem certamente vantagens para quem conhece a cultura e a semântica do texto original, mas, evidentemente, causa problemas para o povo mais simples: para entender o vocabulário, precisaria de um dicionário bíblico enciclopédico, e para entender a construção da frase, de um curso na Faculdade de Letras... E mesmo as pessoas com respeitável bagagem cultural, muitas vezes, não percebem as peculiaridades da semântica bíblica, por exemplo, que corpo e alma podem ser usados como sinônimos, significando simplesmente “eu” etc.

Já a *tradução por equivalência dinâmica* procura suscitar no leitor, mediante um uso lingüístico adequado do idioma final, o efeito de significação que o texto teve no leitor inicial, em outro contexto cultural. Nisso, não se trata somente da semântica dos termos e estruturas lingüísticas em si (a semântica no sentido estrito), mas também do efeito produzido no leitor originário (a pragmática do texto). Sobretudo este aspecto é difícil de ser atingido e avaliado. O tradutor facilmente projetará no texto o efeito que ele gostaria ver produzido no leitor, mesmo se não se pode verificar que esse foi o efeito inicial. Neste caso, fala-se em manipulação. Além disso, a rapidez das mudanças semânticas torna essas traduções muito efêmeras e pouca adequadas para a memorização e a proclamação.

²⁶ Em cada época da história surge a necessidade de voltar a uma tradução mais formal, para redescobrir o sabor das fontes. Foi esse o intuito de Jerônimo ao traduzir conforme a *hebraica veritas*.

Como tradução extremamente formal conhecemos entre nós as versões original e “corrigida fiel” de Almeida. Exemplos de equivalência dinâmica são a Bíblia (ou a Nova Tradução) na Linguagem de Hoje e a Bíblia do Peregrino; e, em medida menor, a Nova Versão Internacional e a Edição Pastoral. As outras situam-se no meio. As versões derivadas de Almeida são evidentemente mais formais que as traduções católicas, as quais, mesmo quando traduzidas dos originais gregos e hebraicos, mostram influência da Vulgata²⁷.

6.2 *Linguagem popular ou erudita?*

Uma Bíblia concebida para o estudo acadêmico tira vantagem de uma linguagem mais erudita, porque mais rica em vocabulário e mais matizada na construção da frase. Evidentemente eruditas são a Tradução Ecumênica da Bíblia, a Bíblia de Jerusalém (antiga e nova) e a extinta versão brasileira do Pontifício Instituto Bíblico. Por causa de seu formalismo, também a Bíblia Mundo Novo (das Testemunhas de Jeová) e a Almeida “corrigida fiel” apresentam uma linguagem que aos olhos da maioria das pessoas parece erudita. A meu ver, mesmo a Bíblia do Peregrino usa uma linguagem que, embora simples, clara e atual, é relativamente erudita.

As outras procuram, via de regra, uma linguagem mais popular, próxima do vocabulário cotidiano do povo em geral, sem cair em vulgarismo naturalmente. Para o uso pastoral, tendo em vista o baixo nível de escolaridade e conhecimento lingüístico do povo, tal aproximação à linguagem popular parece adequada, mas não deixa de suscitar problemas. A linguagem popular no Brasil não é homogênea, os mesmos vocábulos podem ter um sentido ou conotação muito diferente de Norte a Sul... Além disso, a linguagem popular muda continuamente quanto à semântica, sobretudo sob influência da televisão, sem falar da linguagem de grupos específicos, a gíria dos jovens paulistanos, cariocas etc.

Daí, mesmo para o uso pastoral, é indicado guardar certa distância em relação à linguagem popular, para manter a universalidade necessária na proclamação. Além disso, vale lembrar que os textos bíblicos, na sua maioria, não foram escritos em linguagem popular, mas em diversos “códigos”, uns litúrgicos (os Salmos, certos trechos do Pentateuco), outros semi-eruditos (sapienciais, linguagem da corte, historiografia aristocrática), outros em termos de catequese para os simples, realmente populares (principalmente as palavras e parábolas de Jesus).

²⁷ Figueiredo e Matos Soares são traduções da Vulgata, mas com bastante autonomia literária, embora hoje pareçam antiquadas.

Seria até desejável que essa diversidade estilística transparecesse em nossas traduções.

A percepção da linguagem como simples ou erudita depende, evidentemente, do grupo usuário. Para os católicos, todas as versões de Almeida (tanto a “corrigida fiel” quanto a “revista e corrigida” e a “revista e atualizada”) parecem eruditas. Já para um protestante pentecostal, pouco acostumado a conotações políticas na Bíblia, a linguagem da Edição Pastoral parece no mínimo estranha... A Nova Versão Internacional usa as formas coloquiais *você/vocês*, mas muitos termos do vocabulário geral supõem uma boa passagem pela escola dominical...

6.3 Linguagem “religiosa”, “profana” ou “litúrgica”?

Como dissemos, muitos textos bíblicos surgiram num âmbito litúrgico. Isso é o caso, eminentemente, na literatura “sacerdotal”, responsável pelo Pentateuco e pela historiografia cronista. No Novo Testamento, a Epístola aos Hebreus entra nessa categoria, mas também o Apocalipse e os Evangelhos (pelo menos, em parte)! Outros escritos têm origem na liderança das comunidades: as cartas do Novo Testamento em geral, partes da literatura deuteronomista. Também o gênero profético tem forte teor religioso-comunitário. Só alguns escritos sapienciais aproximam-se mais da vida profana. E ainda convém observar que o mundo bíblico não conhecia separação de Igreja e Estado. O profano e o religioso formavam uma unidade.

Daí ser pouco desejável uma transcrição da Bíblia em linguagem profana. Quanto à linguagem religiosa, é bom distinguir entre a linguagem religiosa individual e a religiosa comunitária. Esta última é a linguagem adequada para a tradução bíblica. Tal diferença nota-se ao comparar duas traduções que adotam a equivalência dinâmica e usam uma linguagem mais popular: a Bíblia (ou a Nova Tradução) na Linguagem de Hoje e a Edição Pastoral. A primeira procura falar a linguagem do cidadão atual, religioso talvez, mas sem muita conotação confessional; a segunda tenta falar a linguagem das comunidades de base.

A Bíblia tem seu contexto vital na reunião da comunidade de fé. Decerto, é verdade que as reuniões sinagogais dos judeus antes de Cristo não podem ser, sem mais, equiparadas à liturgia altamente hierática da Igreja católica pós-tridentina, mas, de toda maneira, deve ressoar nas traduções bíblicas algo do “ofício do povo (de Deus)” – sentido do termo “liturgia” –, para que sejam fiéis, não só verbalmente, mas realmente, ou seja, quanto à realidade que significam e fazem acontecer. Daí um apelo às instâncias que presidem o povo de Deus para que dediquem toda a sua atenção à tradução bíblica com vistas à celebração.

6.4 Corolário: lecionários litúrgicos e “Bíblia litúrgica”

Embora um pouco fora do assunto, cabe aqui uma palavra sobre os lecionários litúrgicos. Os lecionários litúrgicos não são Bíblias, mas livros litúrgicos, assim como a Bíblia não é um livro litúrgico, e a liturgia não deve degenerar em estudo bíblico, seja fundamentalista, seja “libertador”²⁸. Os lecionários litúrgicos representam, sim, a mais antiga memória de nossa fé, que deve, sempre, ser atualizada na celebração. Para este fim, a liturgia dominical apresenta aos fiéis, como “mesa ricamente preparada” – no dizer do Vaticano II²⁹ –, os evangelhos e os demais escritos do Novo Testamento, bem como as principais passagens do Antigo, especialmente aquelas que nos ajudam a compreender melhor o Novo, lembrando seu fundo histórico ou propondo temas para a releitura “em Cristo” representada pelos primeiros escritos cristãos. Mas as passagens bíblicas da liturgia não são apresentadas no seu quadro bíblico, não mostram o contexto literário e histórico no qual se inscreve seu “sentido literal”. Às vezes, estão na liturgia por causa de alguma interpretação cristã antiga ou até por causa de uma forma do texto manuscrito que não é a originária... Os textos não migram da Bíblia para os lecionários litúrgicos sem nenhuma modificação. Já o fato de se operar um recorte é uma interpretação. E, para ser proclamado, o recorte deve ser provido de uma introdução, “Naqueles dias...” ou algo assim. Tudo isso é legítimo e necessário, do ponto de vista litúrgico, mas não faz parte da Bíblia...

A leitura litúrgica é, pois, uma releitura. E seria bom marcar isso mais claramente nos próprios lecionários. Nos atuais lecionários da Igreja Católica no Brasil, as passagens bíblicas são encimadas por uma frase tirada de algum texto bíblico ou patrístico, que “ambienta” a proclamação e pode servir de chave de leitura. Isso é bom, mas, infelizmente, esta frase não é lida, via de regra, na liturgia de nossas paróquias. Ora, pessoalmente, eu sugeriria algo mais radical do que esse lema anteposto às leituras no lecionários: uma verdadeira introdução litúrgico-teológica, destacando o pensamento principal em vista do contexto litúrgico em que se encontra. Bem sei que os folhetos dominicais procuram fazer isso, mas, por que não fazer isso no próprio lecionário, a partir de um estudo sólido assumido pelos melhores biblistas e liturgistas pastorais do Brasil? Em compensação, algumas leituras, sobretudo do Antigo Testamento, poderiam ser resumidas, “re-narradas” de uma maneira mais simples e compreensível, em função do conjunto da liturgia, conservando-se em forma literal somente

²⁸ Explicamos isto amiúde na introdução de nosso mais recente livro, *Liturgia Dominical: mistério de Cristo e formação dos fiéis*, Petrópolis: Vozes, 2003.

²⁹ Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n. 51.

algumas frases características, que com facilidade podem ser guardadas na memória.

Claro, isso é um pensamento colateral quando o assunto é tradução. Mas pode ajudar para compreender por que a tradução usada na liturgia não deve ser necessariamente idêntica à da Bíblia do episcopado. É o caso da tradução da CNBB. Esta tomou como ponto de partida as perícopes litúrgicas (dos domingos, das férias, do sacramentário e do breviário). Ao inseri-las no texto contínuo da Bíblia, porém, introduziu muitas emendas. Por isso, a tradução da CNBB não é idêntica à dos lecionários. Além disso, a tradução da CNBB depende somente da (presidência da) Conferência Episcopal, enquanto os textos litúrgicos devem receber o *placet* de Roma. A CNBB pode melhorar seu texto continuamente – e é bom que o faça. Já os lecionários só podem ser modificados depois de nova revisão por Roma. O texto dos lecionários será, portanto, sempre levemente diferente da tradução da Bíblia da CNBB, mesmo se esta, algum dia, chegar a relativa perfeição e ganhar certa oficialidade. Pois, mesmo nesta hipótese, as perícopes litúrgicas terão peculiaridades que não fazem parte da tradução bíblica como tal. Contudo, é altamente desejável que a produção da tradução bíblica e a dos lecionários andem de mãos dadas, para que os produtos mantenham um máximo de proximidade.

7. Tarefas

A primeira tarefa das instâncias bíblicas no Brasil é unificar os nomes bíblicos.

Mais complicada é a produção de uma tradução única para o Brasil: em vista da acima exposta complexidade dos interesses, isso parece impossível. É preciso fazer escolhas segundo determinadas prioridades. Do lado católico e ecumênico, uma dessas prioridades é uma tradução padrão que sirva de base para a celebração e também para a memorização mínima do texto bíblico: uma “tradução de referência”. Devendo agradar aos mais diversos setores, ela será necessariamente um “meio-termo”. Creio que a tradução da CNBB se encaminhou bem neste sentido. Infelizmente, como a CNBB durante esses últimos tempos passou por um processo de reestruturação, a revisão da tradução e o diálogo com os setores litúrgico e ecumênico estão parados. Esperamos que, depois da reestruturação da CNBB, essas tarefas sejam retomadas com afinco.

Por outro lado precisamos também de boas bíblias de estudo. Estas podem ser concebidas de diversas maneiras. Como vimos, a Bíblia de Jerusalém apresenta uma tradução relativamente formal e clássica, e vem provida de ricas notas histórico-literário-teológicas e de uma

abundância de referências de textos paralelos. A Tradução Ecumênica da Bíblia é até certo ponto semelhante, porém, demonstra participação ecumênica nas introduções e nas notas, além de procurar expressar as opções semânticas no próprio texto. A Bíblia do Peregrino vai mais longe neste sentido: é uma tradução do tipo semântico-dinâmico com amplas notas lingüístico-literárias, que explicam as opções da tradução e acostumam o leitor à semântica bíblica. Já as bíblias de estudo de origem protestante seguem outro método. Usam um texto padrão, seja o de Almeida, seja um texto como a Bíblia (ou Nova Tradução) na Linguagem de Hoje³⁰, e trazem em nota o material histórico-teológico julgado útil para o estudo pessoal ou ministerial. Do lado católico, nada impede que o mesmo se faça, em alguma forma de edição, com a tradução destinada a servir de referência, a da CNBB³¹.

As traduções que se caracterizam pela dinâmica semântica e por uma linguagem bem acessível, como sejam a Edição Pastoral e a Nova Tradução na Linguagem de Hoje, são de grande utilidade para a catequese, os grupos bíblicos, o uso escolar etc. Na realidade, desempenham a mesma função que o *targum* nas antigas sinagogas³². Esta comparação mostra que elas não tornam superfluas as traduções formais. As traduções formais “duram mais”, enquanto as dinâmicas precisam de contínua adaptação³³. Assim, as primeiras são mais adequadas para a proclamação litúrgica, as últimas, mais para a explicação.

Mas, se é impossível – e nem desejável – evitar o pluralismo, creio que, no entanto, deveria existir um pouco mais de racionalidade. Se, no nível do estudo bíblico, as bíblias eruditas ou de características especiais podem ter sua razão de existir, é no nível das “vulgatas” que se deveria conseguir maior racionalidade. Não se vê a razão por que continuar publicando paralelamente a bíblia Ave Maria, a da Vozes, a Bíblia Mensagem de Deus e a tradução da CNBB, todas elas de tipo apropriado para uma tradução litúrgica, sem diferenças suficientes para se manterem separadas³⁴. O lógico seria que a CNBB, em nome

³⁰ Por enquanto ainda não no Brasil, e sim, p. ex., a excelente *La Biblia de Estudio: Dios habla hoy*, Sociedades Bíblicas Unidas.

³¹ Pode-se pensar em diversas edições, uma com comentários simples e pastorais, outra com comentários para o estudo.

³² Cf. Ne 7,7-8.

³³ O próprio título “Nova Tradução na Linguagem de Hoje” fala por si: em doze anos, a “Bíblia na linguagem de Hoje” (1989) precisou de uma “nova tradução” (2001). O “hoje” é fugidio...

³⁴ Na realidade também a Ed. Pastoral aproxima-se deste grupo, distinguindo-se apenas pelo uso da forma *você/vocês*. Em torno desta questão seria preciso um debate muito profundo, considerando não apenas o uso coloquial do idioma, mas a tradição cultural e religiosa, a questão da compreensão ativa e passiva etc. Poder-se-ia pensar até em uma tradução de referência em duas versões, uma com o tratamento *tu/vós* e outra com *você/vocês*.

de sua função pastoral, avançasse mais na linha da cooperação entre as várias editoras. Tal cooperação já foi iniciada pela publicação em conjunto da tradução da CNBB, a qual agora necessita uma revisão cuidadosa, inclusive, para servir de base aos livros litúrgicos que dentro de alguns anos deverão ser atualizados. Mas é preciso avançar mais nesta direção. E pouco foi notado que a tradução da CNBB apresenta traços ecumênicos muito pronunciados, por exemplo, a dupla numeração onde existe divergência entre as tradições católica e protestante; ou também o espírito ecumênico das introduções e notas. Com um pouco de imaginação, este trabalho poderia ser aproveitado para produzir uma “versão CONIC”³⁵ da tradução da CNBB³⁶. Esperamos que haja visão eclesial e vontade política para tanto.

Johan M. H. J. Konings SJ é Doutor em Teologia e Mestre em Filosofia e em Filologia Bíblica pela Universidade Católica de Leuven (Lovaina), Bélgica, e professor de exegese bíblica no ISI-CES em Belo Horizonte-MG. Entre outras obras publicou: *Descobrir a Bíblia a partir da Liturgia*, São Paulo: Loyola 1997; *A Bíblia nas suas origens e hoje*, Petrópolis: Vozes, 1998; *A Palavra se fez livro* São Paulo: Loyola, 1999; *Evangelho segundo João: amor e fidelidade*, Col. Comentário Bíblico, Petrópolis: Vozes e São Leopoldo: Sinodal 2000; e também responsável pela coordenação da *Bíblia: Tradução Ecumênica*, São Paulo: Loyola, 1994, e da *Bíblia Sagrada: Tradução da CNBB*, por diversas editoras, 2001.

Endereço: Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 — Bairro Planalto
31720-300 Belo Horizonte – MG

³⁵ CONIC = Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

³⁶ Por outro lado, há quem deseje que a tradução da CNBB siga como norma a Nova Vulgata e não os textos originais publicados principalmente na *Bíblia Hebraica Stuttgartensia* e no *Novum Testamentum Graece* (de K. Aland) ou no *Greek New Testament*. O Concílio Vaticano II aconselha traduções diretamente a partir dos originais, mas ao lançar alguns anos depois a Nova Vulgata, o Papa João Paulo II sugeriu que fosse transposta em outras línguas. Uma coisa não exclui a outra. A Bíblia da CNBB, que segue os textos originais, pretende indicar em nota as relevantes diferenças de conteúdo entre as duas formas. Contrariamente, poder-se-ia pensar também em uma versão que seguisse a Nova Vulgata no texto e deixasse as opções variantes na nota. Ora, na realidade, as diferenças não são tão grandes assim, porque a Nova Vulgata corrigiu profundamente a Vulgata de Jerônimo com base nas modernas edições textuais. Daí a pergunta: será que a própria Nova Vulgata não nos incentiva a fazer nossas traduções diretamente a partir dos originais, usando a Nova Vulgata como orientação, mas não como norma última? Pois a própria Nova Vulgata, iniciada no início do século passado, passa por constante revisão em função de novas descobertas documentais e exegéticas.